



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA
DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 18 DE MARÇO DE 2008.

87
133

220 J. J. J. J. J.

Publicação contida no DCI nº 67, de 18/04/08
Senador: J. J. J. J. J. Matrícula: 1173737
Republicação
Publicação contida no DCI nº 67, de 28/04/08
Senador: J. J. J. J. J. Matrícula: 1173737



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Registro a presença dos Deputados Dr. Charles, Reguffe, Luzia de Paula, Wilson Lima, Alírio Neto, Batista das Cooperativas, Benício Tavares, Chico Leite, Cristiano Araújo, Eurides Brito, Milton Barbosa e Rogério Ulysses.

Dá-se Início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 9/4/2008, juntamente com a ata sucinta da 16ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 116ª Sessão Ordinária;
- Ata da 3ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 11ª Sessão Ordinária;
- Ata da 15ª Sessão Ordinária.

Na semana passada, acordamos que hoje faríamos a instalação da CPI dos Cemitérios. Esse foi o acordo entre todos os Líderes. Portanto, durante esta sessão ordinária, abriremos um espaço para que os membros da CPI façam a escolha do Presidente, Vice-Presidente e Relator desta Comissão. Nós e a sociedade estamos aguardando o início dos trabalhos. Esse foi o acordo e acordo se cumpre, a não ser



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	3

que alguém diga que o acordo foi quebrado. Espero que isso não ocorra. Portanto, daqui a alguns instantes faremos a convocação dos membros da CPI para as eleições do Presidente, Vice-Presidente e Relator desses trabalhos.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é possível que o dia da reunião do Colégio de Líderes tenha sido o dia em que não passei muito bem. Sei que minha ausência foi comunicada e houve solidariedade por parte dos colegas e dos Parlamentares. Tenho trabalhado e caminhado muito, inclusive nos trabalhos da Semana do Consumidor. Quem trabalha em favor de outros, precisa prestar contas. O nosso querido Deputado Dr. Charles sabe do nosso debate na praça do Bicalho. Ouvi muito o nome de S.Exa, Parlamentar muito bem falado.

Havia muitos amigos de adolescência naquele local que falavam muito bem de V.Exa, Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Leite, V.Exa. é muito bem recebido em nossa cidade. Quando V.Exa. for Governador, deverá nos chamar para estarmos presentes naquela localidade.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	4

DEPUTADO CHICO LEITE – Deputado Dr. Charles, V.Exa. já recebe meu convite de pronto. Não precisamos nem chegar juntos ao Palácio do Buriti.

Sr. Presidente, solicitei a palavra para saber qual o entendimento do Colégio de Líderes a respeito da CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Chico Leite, todos os procedimentos regimentais foram adotados pela Mesa Diretora e pelo Colégio de Líderes. Porém, falta procedermos às eleições do Presidente, Vice-Presidente e Relator da CPI. Sabemos que há uma disputa legítima por esses cargos e blocos e partidos querem democraticamente assumir essas principais posições. Até a semana passada, não havia um acordo para essas definições. Se isso não foi feito até hoje, faremos as escolhas pelo voto. Todos os prazos foram respeitados e todas as discussões, articulações e reuniões necessárias foram feitas. Portanto, como não houve acordo, decidiremos com a votação e iniciaremos imediatamente os trabalhos da CPI.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, muito obrigado.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na reunião de Líderes, levantei uma questão que havia acordado com o Deputado Alírio Neto, Presidente desta Casa.



¹⁶ Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	5

Deputado Rogério Ulysses, V.Exa. talvez não estava presente no dia - fiz um apelo ao Presidente para que cada Deputado apresente um projeto a ser apreciado de imediato. Inclusive, V.Exa. acatou a minha solicitação na reunião de Parlamentares. Então, peço à Assessoria da Mesa que inclua na pauta os projetos dos Deputados para serem votados.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acertamos, no Colégio de Líderes, que cada Parlamentar indicaria um projeto de própria autoria à Assessoria do Plenário. Alguns Parlamentares apresentaram; outros, não. Então, queremos solicitar a todos os Parlamentares que encaminhem à Assessoria do Plenário um projeto para que possamos, a partir da chegada dos vinte e quatro projetos, fazer uma discussão entre os Líderes e começar a apreciação desses projetos em plenário. Até para que não haja posteriormente questionamentos, surpresas ou projetos que possam gerar um desconforto para a Casa. Este é o encaminhamento: todos os Parlamentares terão até amanhã, quarta-feira, véspera da Quinta-Feira Santa, para encaminhar um projeto à Assessoria de Plenário. Na semana que vem, esperamos iniciar a votação dos projetos dos Parlamentares juntamente com os projetos do Poder Executivo.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa., apesar de já ter esclarecido toda a informação, que, mesmo que



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	6

todos os Deputados não apresentem o projeto à Mesa até amanhã, os que o fizerem não tenham prejuízo na tramitação de seus projetos, sendo estes incluídos na pauta. Não podemos deixar que temas tão importantes não sejam debatidos nesta Casa, haja vista a necessidade de nós, como Deputados, legislarmos sobre temas...

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Os Deputados que cumprirem o prazo até amanhã terão prioridade na votação das matérias a partir da semana que vem. Aqueles que não apresentarem ficarão por último, porque não iremos ficar esperando os Parlamentares e suas assessorias encaminharem um projeto à Mesa.

DEPUTADO WILSON LIMA – É uma oportunidade ímpar para que os Deputados recém-chegados à Casa possam apresentar um projeto e ter o orgulho de ter uma lei aprovada na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Uma lei aprovada e espero eu sancionada. Mas se não for sancionada, que nós as promulguemos.

Neste momento, chamo a atenção de todos os Deputados e em especial dos Deputados Reguffe, Benício Tavares, Brunelli, Rogério Ulysses e Erika Kokay. Todos estão presentes? O Deputado Brunelli não está presente, mas o substituto de S.Exa., Deputado Batista das Cooperativas, encontra-se presente. A CPI está completa. Iniciaremos a votação. Após a votação, iniciaremos os Comunicados de Líderes.

Deputado Benício Tavares, V.Exa., com muita propriedade, foi indicado para participar da CPI.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	7

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inverta essa ordem, para que a CPI seja instalada no final da sessão, tendo em vista que o Deputado Brunelli ainda está ausente. Precisamos conversar com os outros membros. Eu agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Benício Tavares, esta Presidência tem sido extremamente democrática. O diálogo, numa Casa como esta, tem de predominar, ir até a exaustão.

E quem sabe, não é, Deputado Batista das Cooperativas, que, por meio desse diálogo, haja um acordo.

Eu peço agora aos membros da CPI que se reúnam, durante os Comunicados de Líderes, para chegarem a um acordo. Hoje esta CPI vai sair da cova. Só um trocadilho, Deputado Rogério Ulysses. A CPI é muito séria e vamos tratá-la com o devido respeito.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Estão inscritos os Deputados Reguffe, Raad Massouh, Rogério Ulysses, Cabo Patrício, Benício Tavares, Milton Barbosa e Leonardo Prudente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	8

O Deputado Wilson Lima fará uso da palavra em nome da Liderança do Bloco Democrático Social Brasileiro; portanto, no lugar do Líder Deputado Benício Tavares. Então V.Exa., como pessoa sempre presente, terá a preferência hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores assessores, imprensa, mais uma vez, subo a esta tribuna para externar a minha apreensão quanto à apreciação do Supremo Tribunal Federal ao questionamento da AdIn, que foi levada à Suprema Corte, relativa ao uso de células-tronco como meio de avanço na medicina para tratamento de pessoas.

Preocupa-me muito, Sr. Presidente, porque eu estive também na posse do Desembargador Roberval Belinati, e S.Exa. nos externou sua posição bem claramente, já que tem um trabalho atuante na Igreja Católica, assim como eu, graças a Deus, e foi muito aplaudido em seu posicionamento quando disse que é contra aqueles que querem que as células-tronco sejam um meio alternativo de tratamento de certos tipos de doenças.

Eu tenho aqui a preocupação porque, como já disse em outras ocasiões, não deixa de ser tirada uma vida humana. Para quem tem fé em Deus, a noção da concepção da vida começa desde o encontro do óvulo com o espermatozóide. A Campanha da Fraternidade versa este ano sobre a justiça social e, claro, a vida.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	9

“Escolhe, pois, a vida”, é o lema. De maneira alguma, posso concordar com esse tratamento que querem dar à matéria.

Portanto, subo mais uma vez a esta Tribuna e faço um apelo aos Ministros do Supremo Tribunal Federal: votem a favor da ADIn e contra o uso de células-tronco, porque vai de encontro a todos os princípios das Igrejas Católica e Evangélica. Todas as seitas acreditam que a vida acontece desde o encontro do espermatozóide com o óvulo. A Campanha da Fraternidade versa sobre esse tema e a morte natural.

Não temos o direito de intervir na vida de ninguém. Devemos preservá-la desde o momento da fecundação até a morte. Nesta Casa 22, Deputados aderiram à Frente Parlamentar Pró-vida. Tenho certeza de que, se essa matéria fosse votada aqui, não passaria de forma alguma. Subo à tribuna com essa preocupação, que quase não me deixa dormir, porque sei que muitas vidas humanas estão em jogo. Vou mais além: no preparo da inseminação artificial em vaca, apesar de os óvulos fecundados serem guardados a uma temperatura de 100° abaixo de zero, quando inseminados, geram um bezerro. Ocorre o mesmo processo na inseminação humana – o óvulo fecundado gera um ser humano. Óvulo é vida. Portanto, viva a vida!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Wilson Lima, esse é um tema polêmico. Respeitamos as diversas posições apresentadas nesse debate.

Na semana passada, a Igreja Católica aumentou o número de pecados capitais, acrescentando como erros acumular riqueza, agir para aumentar as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	10

desigualdades e buscar o lucro como forma de enriquecimento - agora tudo isso configura pecado capital. Portanto vou sugerir essa reflexão àqueles que detêm muitas riquezas materiais para que comecem a distribuí-las, garantindo a igualdade e o direito social dos seres humanos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sempre me posicionei contrariamente ao aborto.

Penso que a discussão a respeito das células-tronco, da pesquisa especificamente, é muito mais complexa e profunda. Esse assunto vem sendo debatido há muitos anos, desde meados do século XX, na Europa. Parece-me que o debate - Deputado Wilson Lima - diz respeito à vida. É importante que todos se posicionem.

Na Semana de Defesa do Consumidor, tive oportunidade de fazer alguns debates sobre a história e evolução dos direitos humanos. Notei que havia uma pergunta difícil de ser respondida: Quem mata mais? Aquele que mata para roubar – estou falando de crime bárbaro, hediondo – ou aquele que mata milhões de brasileiros, antes de completar um ano de idade, ao usurpar milhões dos cofres públicos destinados à saúde, à escola e ao remédio? Por que ao primeiro reivindicamos a redução da maioridade penal, às vezes a pena de morte, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	11

convidamos o segundo para parainfo de formatura? Esse é o grande debate que precisamos fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Chico Leite, esse é um tema interessante, mas vamos dar continuidade aos Comunicados de Líderes.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – V.Exa. vai falar em nome do PT?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente. Mas já foi estabelecido um debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Erika Kokay, o Deputado Chico Leite foi indisciplinado. S.Exa. solicitou questão de ordem, mas estamos no período do Comunicados de Líderes; questão de ordem é questão de ordem. O Deputado Wilson Lima usou a palavra, representando seu bloco, no Comunicados de Líderes, e posicionou-se claramente; temos de respeitar. O Deputado Chico Leite solicitou questão de ordem, mas não levantou questão de ordem, debateu.

Seguindo o Regimento em nossa sessão ordinária, informo a V.Exas. que estão inscritos vários Líderes. Se V.Exa., Deputada Erika Kokay, vai usar o momento para questão de ordem, solicito-lhe que levante questão de ordem, não inicie debate, que não cabe neste momento.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	12

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não costumo usar artifícios nestas sessões. Quero debater as posições do Deputado Wilson Lima. Se não é o momento agora, eu posso deixar para o momento dos Comunicados de Parlamentares. Mas quero debatê-las. Tenho certeza de que S.Exa. não se furtará a um bom debate, para que possamos discutir os mistérios da vida.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Erika Kokay, como já disse anteriormente, é o debate que movimenta esta Casa; por isso somos Parlamentares. É importante discutirmos todos os termos aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa-tarde.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar a Presidência por fechar, hoje, a questão sobre a eleição para a CPI dos Cemitérios. Reafirmo a minha posição, em especial ao Deputado Reguffe, de colocar o meu nome à disposição tanto para a Presidência quanto para a Relatoria, de acordo com a composição que será feita e com os membros da CPI. Agora, mesmo que eu não consiga obter êxito no meu pleito, serei membro atuante da CPI, pois defendo a CPI dos Cemitérios desde o início desta legislatura. Só estou reafirmando, em especial ao Deputado Reguffe, que nesse momento pleiteio ou a presidência ou a relatoria. O meu acordo é feito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	13

publicamente, aqui da tribuna - se perceber que há clima para concorrer à Presidência, concorrerei; senão, coloco meu nome à disposição de V.Exa. para relator da CPI dos Cemitérios.

Mas o que me traz à tribuna hoje, Sr. Presidente, é uma pergunta que eu gostaria de fazer a todos os Parlamentares desta Casa - o Deputado Chico Leite também adotou este tema e atualmente conseguiu aprovar na CCJ uma lei importantíssima sobre estacionamentos -, como, por exemplo, ao Deputado Batista das Cooperativas: se V.Exa. estacionasse o seu carro num estacionamento público, feito com dinheiro público, e lhe cobrassem, ou a qualquer um dos Parlamentares aqui, Deputado Milton Barbosa, Deputado Paulo Roriz, Deputada Luzia de Paula, Deputado Raad Massouh, R\$10,00 (dez reais) para utilizar o estacionamento - feito com o dinheiro público -, na Capital do Brasil, Brasília, qual seria a reação de V.Exa.? No mínimo, a de dúvida quanto ao pagamento do valor. Por que estão cobrando R\$ 10,00 (dez reais) num estacionamento público do Distrito Federal?

Pois bem, nesse domingo aconteceu um *show* de música baiana no Parque da Cidade, parque feito com o dinheiro público, a não ser que eu esteja errado. O asfalto daquele parque foi pago com dinheiro público. Pois bem, fiz questão de ir ao Parque da Cidade como Ouvidor, pois me telefonaram. Fui lá, entrei no estacionamento e fiquei dez minutos. Saí e solicitei a nota fiscal. A empresa *Auto Park* me cobrou R\$ 10,00 (dez reais). Não só de mim, mas das cinquenta mil pessoas que estavam naquele show, no Expobrasília. Grande parte das pessoas não tinha a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	14

quantia. Então, ou elas pagavam os R\$ 10,00 (dez reais) ou colocavam o carro em fila dupla, contrariando, assim, o Código de Trânsito, ao deixarem o carro no acostamento.

Sr. Presidente, R\$ 10,00 (dez reais)! Deputado Reguffe, R\$ 10,00 (dez reais) pagos para usar estacionamento público! E a segurança do estacionamento era feita pela Polícia Militar. O estacionamento é público e a segurança do estacionamento estava sendo feita pelo Batalhão de Polícia Montada da Polícia Militar. Havia muitos policiais fazendo a ronda no estacionamento. Quero entender o que justifica cobrar R\$ 10,00 (dez reais) para a pessoa estacionar em um local construído com dinheiro público.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, o que V.Exa. está falando é grave. V.Exa. como Ouvidor, de fato, fez bem em ir ao local constatar esse fato. Ora, se assim ocorreu, V.Exa., na condição de Ouvidor, deverá requerer ao Ministério Público que apure essa exploração daquele espaço público e, caso ela tenha ocorrido, procure saber se algum recurso foi destinado ao Distrito Federal, porque era isso que deveria ter ocorrido, embora eu também concorde com V.Exa. que não se deve pagar estacionamento em um lugar onde há o policiamento da Polícia Militar ou do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	15

Departamento de Trânsito. Eu gostaria de ver V.Exa. inaugurando a sua gestão na Ouvidoria com essa dedução de pretensão no Ministério Público.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o ao Deputado Milton Barbosa o aparte.

Estou protocolando hoje o requerimento em que solicito, fundamentado no art. 15 do Regimento Interno, ao Administrador do Parque Sarah Kubitschek informações sobre como se dá a exploração, por particulares, dos estacionamentos públicos do Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade, em eventos promovidos naquele local, especialmente quanto à concessão, contratação, definição de preço e remuneração de serviço. Estou protocolando hoje esse requerimento, anexando a nota fiscal e o cupom do Estacionamento AutoPark, para que possamos saber, claramente, como está sendo explorado aquele espaço público. A minha opinião, como Parlamentar, é a de que é um absurdo o que se cobra nos estacionamentos privados dos shoppings.

Aprovamos neste ano, nesta Casa, uma lei, em parceria com o Ministério Público e com o PROCON, para regulamentar a cobrança de estacionamentos em áreas privadas, respeitando o princípio da proporcionalidade, que é defendido no Código de Defesa do Consumidor. O consumidor deveria pagar, simplesmente, pelo tempo de uso. É um absurdo que se paguem R\$ 4,00 (quatro reais) por hora, por fração de tempo, em estacionamento privado. Agora, muito pior que isso é a cobrança em uma área pública, vigiada pela Polícia Militar do Distrito Federal. O



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	16

cidadão já tem o direito de utilizar aquele estacionamento sem pagar nada. Está aqui a prova da cobrança dos R\$ 10,00 (dez reais)!

Certamente, Deputado Milton Barbosa, amparados pelo requerimento de informações, procuraremos o Ministério Público e entraremos com uma ação civil pública, para que não mais ocorra esse tipo de procedimento em áreas públicas do Distrito Federal. Esse precedente do Parque da Cidade é um precedente perigoso. Logo, logo, estarão cobrando R\$ 10,00 (dez reais) para estacionar em frente da Câmara Legislativa ou do seu novo prédio ou, até quem sabe, para estacionar no Buriti ou no Buritinga, a fim de fazer uma visita. Estacionamento público é público e não pode ser cobrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, reafirmo o meu pedido para que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios seja instalada no dia de hoje. Temos esperado desde o início de novembro e até agora a CPI não foi instalada. Alguns podem achar que estão me prejudicando, mas, no fundo, estão prejudicando a população do Distrito Federal, que quer uma apuração rigorosa dos fatos e continua pagando um preço elevadíssimo para enterrar um ente querido no Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	17

Federal. O preço para se enterrar uma pessoa no Distrito Federal é em torno de R\$2.000,00 (dois mil reais) - um preço abusivo e exorbitante.

Em segundo lugar, reafirmo a minha candidatura à Presidência da CPI. Penso que, para um equilíbrio de forças, a Relatoria deva ser entregue a alguém da base do Governo - tenho me posicionado nesta Câmara como um Deputado de Oposição. A base do Governo poderia chegar a um consenso. Não cabe a mim dizer se o Relator será este ou aquele, até porque eu poderia colocar, por exemplo, a Deputada Erika Kokay, que tem dado nesta Casa votos parecidos com os meus. Então, acho que a base do Governo poderia decidir quem será o Relator, mesmo porque, para esse equilíbrio de forças, cabe a ela decidir. Caso não decida, democraticamente, será feito um sorteio para que seja escolhido aquele para o qual a sorte apontar - como, aliás, ocorre em várias comissões -, até para não haver um movimento teleguiado de se tendenciar qualquer coisa. Quero que se faça uma apuração rigorosa e a fundo dos fatos. Uma comissão parlamentar de inquérito não pode ser feita para encobrir ou acobertar nada. Ela tem de ser feita para investigar e não para acobertar interesses de quem quer que seja. Quem quer participar de uma CPI tem que fazê-lo para investigar. Estou cansado de ver a mesma coisa: entra CPI, sai CPI e, ao final, não há resultado prático algum. Quero ver uma CPI curta, objetiva, que, ao final, produza resultados práticos para a população. Entre esses resultados, está uma queda brutal nos preços praticados pelos cemitérios e pelas funerárias no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	18

Distrito Federal, porque a população não merece pagar o que tem pago para enterrar uma pessoa nesta cidade.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, concordo, em parte, com o pronunciamento de V.Exa. Contudo, acredito que sorteio, talvez, não seja o melhor mecanismo para a escolha de Relator. Já que não temos a prerrogativa de eleger o Relator, caberá ao Presidente, com uma posição de coragem, escolher um que, fundamentado no espírito de uma investigação séria, construirá um relatório condizente com as investigações que forem feitas. Eu só queria fazer essa ponderação a V.Exa., que pleiteia o cargo de Presidente. Essa prática do sortelo não condiz com a postura de uma CPI que pretende investigar e apresentar um relatório que realmente tenha a ver com as investigações que vão ser feitas.

Era o que eu tinha a dizer no sentido de colaborar com a construção do pensamento de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Rogério Ulysses.

É óbvio que, nesta Casa, temos mais simpatia por uns e menos por outros, mas todos aqui convivemos com respeito mútuo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	19

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Reguffe, concordo com V.Exa. quando diz que, nesta Casa, alguns Parlamentares simpatizam mais com uns do que com outros, seja pela convivência pessoal ou pela amizade que se faz entre os Parlamentares. Isso é notório em qualquer lugar. Nós convivemos muito, não só no plenário, mas também nas comissões, no dia-a-dia, e às vezes até sofremos o achaque da população.

Quero expor com muita tranqüilidade e com muita clareza que a relatoria tem de ser indicação do Oresidente da comissão. Fazer um sorteio para escolher um Relator? Nós não temos nada para esconder nesta Casa. Se agirmos dessa forma, daqui a pouco haverá uma roleta russa para escolher presidente e relator de comissão. O Presidente tem de ter autonomia para escolher quem será seu relator.

Eu faço parte da CPI da Gautama. Sou membro, não sou Presidente nem Relator. Mesmo assim tenho trabalhado com toda tranqüilidade e isenção, sem prejuízo de ter minoria ou não dentro daquela Comissão. Sozinho, inclusive, consegui aprovar vários requerimentos para trazer pessoas importantes para depor. Fiz isso apenas conversando com os Parlamentares. Esta é uma Casa de articulação política e com isso conseguimos a quebra do sigilo bancário tanto da empreiteira Gautama, bem como do ex-Deputado Pedro Passos, da Maria de Fátima, do Zuleido, e vamos ouvi-los na Bahia e em Maceió. Portanto, o trabalho da CPI não se resume às figuras do Presidente e do Relator.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	20

Os cinco Parlamentares que compõem a CPI devem ter o compromisso de apuração e de isenção. Eu confio nos vinte e quatro Pares desta Casa, acredito que todos têm isenção e que todos vão apurar com responsabilidade; afinal de contas quando se é nomeado para uma comissão, o Parlamentar representa a instituição Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Obrigado.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado Reguffe, da mesma forma que V.Exa., também sou membro da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios. E da mesma forma que V.Exa., eu também tenho o intuito de apurar com absoluta exatidão e com absoluta profundidade todo o processo que tem penalizado sobremaneira a população e que, até o momento, só tem beneficiado aqueles que hoje estão sobre o controle dos cemitérios do Distrito Federal numa verdadeira “cartelização”. Eu nem diria “cartelização”, porque há apenas uma empresa, mas uma verdadeira barragem para impedir a livre concorrência. Portanto, estou de acordo com V.Exa. no que diz respeito aos objetivos dessa CPI. Ela tem de ter dois objetivos: o primeiro, investigar possíveis irregularidades e o segundo, que realmente possamos, finda essa CPI, ter os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	21

elementos necessários para que a população não seja tão achacada num momento de tão profunda dor.

Desde o início, tenho defendido que V.Exa. seja o Presidente dessa CPI, porque trouxe essa discussão, porque elaborou o requerimento, enfim, porque tem os objetivos mais límpidos e transparentes possíveis e está movido por um sentimento de bem público. Entretanto, não posso concordar com o encaminhamento estabelecido por V.Exa. O Regimento Interno é muito claro ao dizer que o Relator tem de ser indicado pelo Presidente. Esta é uma Casa de negociações; esta é uma Casa plural. Talvez esse seja o grande mérito do Poder Legislativo. Ele representa as diversas opiniões da sociedade e, por isso, esta é uma Casa de debates. É também uma Casa de discussões e de acordos. E se há acordos, eles têm de ser explicitados sem nenhum demérito ou temor.

Portanto, encerro minhas palavras dizendo que é preciso seguir o Regimento Interno. E o Presidente, caso seja V.Exa. – e tem o meu voto aberto –, deve indicar o Relator.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte da Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Reguffe, eu estou exatamente tentando cumprir o Regimento, como diz a Deputada Erika Kokay. Não quero ser chato. Cada Líder tem direito a cinco minutos; geralmente, concedemos mais dois ou três minutos. Já passou muito tempo. Só peço que sejam bastante objetivos para passarmos a palavra aos demais Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	22

DEPUTADA EURIDES BRITO – V.Exa. me permite um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB.Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, eu acho que a eleição para os cargos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Ossos está tomando um caminho que não é bom nem para o objetivo que vai ser investigado, nem para a paz nesta Casa.

Em primeiro lugar, tem-se tentado jogar uns contra os outros. Eu tenho me manifestado até porque não sou membro da comissão. Eu poderia fazer parte dela, não o quis, mas eu tenho esse direito como Parlamentar, sendo um dos 24 Deputados. Eu entrei na Casa em agosto do ano passado, mas eu já estava entre os 24 Deputados mais votados do Distrito Federal. Se não existisse a figura da legenda, eu estaria na Casa desde o início da Legislatura. Portanto, sugiro que seja formado um grupo de pessoas indicadas pelas forças partidárias, e que a eleição do nome ao cargo de Presidente saia desse grupo.

Eu entendo que o Deputado Reguffe está na tribuna falando como um pretenso candidato a presidir essa comissão. S.Exa. não é o Presidente dela, mas sim um pretenso candidato. Logo, deverá ter o cuidado nas observações que faz, pois se forem anti-regimentais, elas podem até prejudicar a legítima pretensão de S.Exa.

Eu já sofri alguns constrangimentos pessoais ao ler, às vezes, nos jornais coisas que não foram exatamente aquelas que eu disse. Outro dia, um jornalista me fez uma pergunta e eu disse: "Não, o que eu acho é que eu estava conversando e já



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	23

tem os eleitos, já tem presidente, já tem relator, já tem vice-presidente. Ainda não houve a eleição da Casa”.

Até porque se fosse por outro princípio, se fosse por tradição, o Deputado Reguffe, que se lançou, seria normalmente o Presidente da CPI. Já quiseram me colocar, mais de uma vez, contra o Deputado Reguffe, mas o meu pensamento é o de preservar o que a Lei Orgânica dispõe a respeito das CPIs.

Para resumir, não temos Presidente. Eu acho que todos os candidatos ao cargo de Presidente podem, inclusive, ir até a tribuna falar por que querem ser Presidente. Feita a eleição para Presidente, cabe cumprir exatamente o Regimento Interno com a escolha do Relator.

Agora, há muitos Interesses. Eu, como não tenho - aliás, assunto de cemitério para mim é uma coisa que realmente sempre me traz lembranças muito tristes, com as quais eu não quero me envolver -, quero que o Regimento da Casa seja cumprido. É evidente que, se em um dia mudarem o Regimento, se em um dia mudarem os dispositivos da Casa, uma das cláusulas que deveríamos mudar é a de que o propositor da matéria deveria ser automaticamente o Presidente. Mas ainda não o é por força regulamentar.

DEPUTADO REGUFFE – Eu agradeço o aparte da Deputada Eurides Brito e também dos que a antecederam.

Eu quero dizer que reafirmo a minha candidatura à vaga de Presidente, e pretendo, caso eu seja eleito, investigar com profundidade todos os casos que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	24

envolvam os cemitérios e as funerárias do Distrito Federal. Se por um acaso eu não for eleito Presidente, serei um membro dela e cumprirei o meu papel, ajudando essa comissão a investigar esse caso. No entanto, no caso de eu ser eleito Presidente, reafirmo minha posição: se houver consenso, eu indicarei o Relator de consenso pelos demais membros da CPI; se não houver consenso, farei um sorteio como diz o Art. 54, §1º, do Regimento Interno: "Cada Comissão terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos entre seus membros, observadas, no que couber, as normas de eleição dos membros da Mesa Diretora".

Cada comissão inclui uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, em todas as vezes que se tem um processo, há um sorteio do Relator. Em outras comissões, também se procede a um sorteio do Relator, um processo que garante a isonomia e chances iguais para todos. Portanto, se não houver consenso, farei um sorteio – caso seja eleito, caso seja essa a vontade dos membros - para Relator. Eu não estou inovando, pois em outras comissões desta Casa se procede dessa forma. Inclusive há sorteio de relator para casos de cassação de mandato de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Reguffe, Deputada Eurides Brito e Deputada Erika Kokay, eu também tenho a concordância de que aquele que apresenta o requerimento e que tem a iniciativa de sugerir a CPI deveria, de fato, ter uma função importante na Comissão: Presidente ou Relator.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	25

Infelizmente, não fizeram isso com o Deputado Berinaldo Pontes, grande responsável e articulador da Comissão Parlamentar de Inquérito da Gautama.

Parabenizo V.Exa., Deputado Berinaldo Pontes, pela iniciativa. Mas, por falta de acordos políticos, ou falta de um acordo político, V.Exa. acabou ficando fora da CPI. A História mostrou que aquele resultado foi equivocado. Pela sua capacidade e sua vontade de investigar aquele assunto, com certeza V.Exa. estaria agora engrandecendo ainda mais o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as obras do Rio Preto.

Espero que, desta vez, não ocorra como naquela Comissão em que o Deputado Berinaldo Pontes acabou ficando fora da CPI.

DEPUTADO REGUFFE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, eu quero apenas reportar a este Plenário sobre a audiência pública realizada hoje nesta Casa que discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 54, que trata da nova rodoviária de Brasília.

Nós tivemos aqui os depoimentos da Secretaria de Obras, da SEDUMA – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e também do Superintendente do IPHAN dando o seu testemunho da relevância, da importância e



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	26

da pertinência desse projeto. Eu creio que todas as dúvidas foram esclarecidas com uma ampla participação da Deputada Erika Kokay, do Deputado Chico Leite, do Deputado Pedro do Ovo e da Deputada Eurides Brito que estiveram aqui.

Ouvimos as ponderações e colocações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e dos órgãos como o IPHAN, juntamente com os pareceres do COMPLAM e do extinto COMPRESB – Conselho de Preservação de Brasília, e espero que estejamos prontos e maduros, Deputado Milton Barbosa, para votarmos o Projeto de Lei Complementar nº 54, fruto do entendimento com a Bancada da Oposição.

Nós restringimos a proposta original do Governo na questão das OSs para um projeto-piloto na cidade de Santa Maria, em especial no Hospital Regional de Santa Maria. Essa emenda já está protocolada e eu espero que possamos votar ainda hoje esse importante projeto, para dar esse presente, Deputado Paulo Roriz, à população de Santa Maria.

Eu queria, Sr. Presidente, me reportar ao encontro que acabo de ter com os representantes do Ministério Público, com os técnicos da SEDUMA e com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Cássio Taniguchi, sobre o PDOT. Há uma preocupação legítima do Ministério Público em relação à possibilidade da falta de uma ampla divulgação sobre as alterações que foram feitas pelo próprio Executivo na questão do PDOT. Ali eu disse que buscaria o referendo dos nossos Pares para pedir ao Presidente a publicação sob a forma de avulso das alterações sugeridas pelo Poder



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	27

Executivo no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Uma vez publicado esse suplemento, nós teríamos um prazo de quinze dias para a realização dessa audiência pública e, a partir daí, todos teriam, Deputado Milton Barbosa, condições de analisar com muita calma toda a proposta do PDOT.

Além disso, houve um protocolo de entendimento – não é termo de ajuste e conduta, nós não fomos ao Ministério Público para discutir isso, Deputada Erika Kokay. Como todo o PDOT está estruturado e alicerçado em sete grandes unidades de planejamento, nós faríamos sete reuniões temáticas com o Governo, com a sociedade e com todos aqueles que quisessem participar, inclusive com o próprio Ministério Público, de cada unidade de planejamento no novo PDOT.

Também, Deputado Batista das Cooperativas, faríamos uma discussão ambiental. Não poderíamos deixar de fazer uma reunião temática exclusiva sobre a questão ambiental, em especial sobre a questão das APMs, pois sei que essa é uma grande preocupação de V.Exa. como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Portanto, se os nobres Deputados concordarem, naturalmente, gostaria que amadurecêssemos esse encaminhamento para fazer a publicação da proposta que o Governo encaminhou como sugestão. Não é uma mensagem aditiva do Poder Executivo, é uma sugestão para que a Relatora, Deputada Erika Kokay, incorpore em seu relatório a sugestão do Governo que foi encaminhada aos vinte e quatro Deputados desta Casa. E que essa proposta de sugestão, em caráter excepcional,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	28

seja publicada sob forma de avulso no Diário da Câmara Legislativa. Após a publicação, em quinze dias, realizaríamos a audiência pública das três Comissões: a Comissão presidida pelo Deputado Batista das Cooperativas, a presidida pela Deputada Eurides Brito e a presidida pelo Deputado Benício Tavares. Em seguida, faríamos sete reuniões temáticas das sete unidades de planejamento, e uma reunião para discutir a questão ambiental. Acredito que, a partir de então, Deputada Erika Kokay, estaremos maduros para apreciar o PDOT nas comissões de mérito.

Sendo assim, esse foi o fruto das discussões com dez Promotores e Procuradores de Justiça, hoje, no Ministério Público do Distrito Federal sobre o assunto PDOT. Como eu estava sozinho – eu poderia falar por mim, mas não poderia falar pela Câmara Legislativa, pela Comissão de Assuntos Fundiários, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e pela Comissão de Constituição e Justiça - trago aos nobres Deputados uma sugestão de encaminhamento que certamente agrada ao Poder Executivo e também ao Ministério Público.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Permite-me V. Exa um aparte?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, eu gostaria de parabenizar V. Exa, os membros do Poder Executivo e os membros do Ministério Público por esse encontro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	29

Desde já, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e na condição de um dos Relatores do PDOT, quero me somar a V. Exa nessa sugestão e manifestar a minha concordância com relação ao tema. O PDOT, que significa pensar em Brasília urbanisticamente para os próximos dez anos, é um tema imensamente importante e nós temos que discuti-lo, debatê-lo nesta Casa e fora dela, Deputado Cabo Patrício, com a sociedade, com a comunidade. V. Exa citou as APMs, e, na condição de Presidente de Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, não poderia ser diferente. Nós temos muita preocupação com relação a esse tema e temos que desenvolver muitas ações, mas sempre harmonizando homem e meio ambiente.

Quero parabenizar V. Exa e manifestar a minha concordância.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Batista das Cooperativas. Essa será uma forma de democratizarmos ainda mais a discussão do PDOT.

Quando formos discutir a unidade de planejamento que trata de Planaltina, de Sobradinho e da região adjacente, certamente o Deputado Berinaldo Pontes estará lá com toda a sua equipe participando ativamente e trazendo a comunidade. É uma forma de aperfeiçoarmos os trabalhos desta Casa com as sete grandes unidades de planejamento. Portanto, é essa a sugestão que trago a V. Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	30

Quero fazer um apelo ao Presidente, Deputado Paulo Tadeu, considerando que estamos ultimando os entendimentos em relação ao assunto da composição dessa CPI, que será composta por 5 integrantes. Assim, que nós possamos, após o término dos Comunicados de Líderes, iniciar o processo de votação. Em especial dos Itens nºs 3 e 5, que foram acordados na semana passada.

E a partir de então, V.Exa., Sr. Presidente, convocaria sessão extraordinária para que possamos apreciar a questão dessa CPI. Então, eu quero fazer aqui esse apelo ao terminar meu comunicado de Líder, e apresentar essa questão a V.Exa., Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, por parte desta Presidência, não há nada em contrário quanto à solicitação feita por V.Exa. Agora, vários Deputados que geralmente não falam na sessão pediram para se manifestar hoje. Assim, após os Comunicados de Líderes nós vamos convidar os Parlamentares que pediram para usar da palavra a se manifestarem e, logo em seguida, entraremos nessa pauta de apreciação. Pode ser? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, pela Liderança do PT.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, eu quero mudar um pouco o rumo dos discursos até agora, até porque eu estive, pela manhã, no IBAMA, juntamente com o Deputado Berinaldo Pontes, para tratar da situação do Mestre D'Armas.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	31

O termo de ajuste de conduta assinado com o Ministério Público, com o Governo do Distrito Federal e com todas as áreas do Governo nada mais é do que uma forma de dar todas as condições de infra-estrutura àquela área, Deputado Berinaldo Pontes. E não somente de o GDF, como faz sempre, criar “factóides” e colocar apenas a pavimentação asfáltica naquela localidade. Não se leva em consideração que aquelas casas podem desabar, que aquelas famílias podem perder seus lares e mais uma série de questões, como a falta de iluminação, água potável, esgoto, água encanada... Uma série de coisas.

E ficou bem claro da parte do Sr. Palhares, do IBAMA que essas questões são a contrapartida do Governo do Distrito Federal. E nós, Parlamentares, os 24 Deputados, temos de fiscalizar e de cobrar do Executivo essas reivindicações a fim de que elas sejam implementadas. Isso para não acontecer como ocorrido em outros termos de ajuste de conduta firmados que não foram cumpridos pelo Governo do Distrito Federal. Nós inclusive acompanhamos aqui muitos casos desse tipo, Deputada Erika Kokay.

Agora, eu quero falar novamente de um assunto a que já me referi: a questão da Segurança no DF. Mais uma vez nós abrimos os jornais, consultamos a mídia e vemos uma nova vítima da violência, e infelizmente trata-se de uma criança! Esse é o quarto caso de pedofilia no Distrito Federal, Deputada Erika Kokay! É o quarto caso! E pasmem os Deputados: todos aconteceram em casas dos tipos *lan house* e *cybercafe*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	32

E em vez de discutirmos projetos dos Parlamentares desta Casa, dos Deputados que foram eleitos pelo povo do DF - e há proposições aqui, na área de Segurança, que tratam das questões das *lan houses*, projetos que podem dar mais segurança para a sociedade -, em vez disso, nós estamos o tempo todo a reboque do Executivo! Todos os projetos que vêm a esta Câmara estão em "urgência urgentíssima", e nós ficamos dias e dias debruçados sobre essas proposições para poder apreciá-las. Enquanto isso, todos os dias estão sendo contabilizadas vítimas e mais vítimas da violência no Distrito Federal! E nós temos de nos ater a isso!

Eu apresentei um projeto de lei que "dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que colocam à disposição, mediante locação de computadores e máquinas, acesso à *Internet* e e dá outras providências", Deputado Milton Barbosa. E essa proposição estabelece que menores de 12 anos não podem comparecer a esses estabelecimentos se não acompanhados pelos pais ou responsáveis previamente identificados. Esse projeto foi protocolado no ano passado! E ainda não foi apreciado! Assim como vários projetos de todos os Deputados desta Casa que ainda não foram apreciados!

É bom que os Parlamentares fiquem atentos, porque nós vamos ser cobrados pela sociedade por ficarmos aqui o tempo todo como "*office boys*" do Executivo! O tempo todo nós estamos aqui apreciando matérias do Executivo! Todos os projetos! Vamos fazer um levantamento dos projetos aprovados nesta Casa que são de autoria do Executivo e do Legislativo? Por isso, é importante que coloquemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	33

nossos projetos em votação na próxima semana. Que façamos a discussão, e que os projetos do Executivo passem por todas as Comissões para serem apreciados, por todas as Comissões permanentes. E depois, sim, depois de ampla discussão e de várias audiências públicas, que nós possamos apreciar as matérias. A exemplo do que ocorre com o PDOT.

Em toda edição de jornal, publica-se que o Governador estabeleceu uma data para a venda do terreno, Deputado Batista das Cooperativas! Só que nós sabemos da complexidade do PDOT, da especulação imobiliária que vai tomar conta do Distrito Federal! E mesmo assim há uma pressa, uma "sangria desatada" para a aprovação do PDOT!

Esquecem-se os Parlamentares desta Casa de que isso nos vai ser cobrado pela sociedade não só em 2010, nas próximas eleições, não só nas urnas, mas por nossos filhos, que moram no Distrito Federal e sofrerão as consequências do PDOT que está aqui, na Câmara Legislativa. Todos os Deputados receberam uma versão dessa matéria, e, com certeza, as assessorias parlamentares já estudaram esse projeto. São vários os casos em que áreas de proteção ambiental e de proteção de mananciais estão em risco! São várias as áreas.

Conversei com o Sr. Palhares, do IBAMA, a fim de que nenhuma licença ambiental fosse concedida e que S.Sa. venha para a audiência pública do PDOT preparado para o embate, para a discussão. Porque o Partido dos Trabalhadores vai promover a discussão em todas as audiências públicas e depois, se for preciso, vai



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	34

entrar na Justiça contra o PDOT. Todas as medidas possíveis a bancada do PT vai tomar em defesa da sociedade do Distrito Federal!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa, pela Liderança do PSDB.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, imprensa, eu estava conversando com os Deputados Paulo Roriz e Alírio Neto e pensava no assunto que iria tratar aqui hoje. Ater-me-ei ao discurso do Deputado Reguffe, que falou sobre a "CPI dos Ossos", não é? Se há ossos, é porque alguém morreu. Mas eu vou falar sobre o tema contrário: o nascimento.

No sábado, o Governador Arruda, acompanhado de alguns Parlamentares - inclusive eu -, estive no Riacho Fundo I, ocasião em que S.Exa. sancionou projeto de lei que vai mudar a vida daquela cidade. Em discurso lá, eu disse que o Riacho Fundo vai nascer agora. Por isso referi-me à morte e ao nascimento. O Riacho Fundo era um antes e será outro depois da sanção desse projeto de lei que cria quatro pavimentos naquela cidade, a qual não pode ter construções de seis andares em razão de ser rota de aviões. Quando fomos implantar a primeira parte dos quatro pavimentos, em 2000, tivemos de ir ao Rio de Janeiro para obter licença da Aeronáutica para isso! E o Governador, então, em um espaço de seis meses, incubiu-nos de acompanhar esse projeto de lei, sancionado no sábado por S.Exa., que de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	35

fato vai mudar a felção daquela cidade nas partes física e produtiva, na parte de geração de emprego e renda.

Eu aqui sou tido como o Parlamentar que mais briga com o Governador, mas não me furto de elogiar suas ações que digam respeito a políticas públicas e sociais. Essa é mais uma delas, e eu tenho o dever, como todos devem ter, de elogiar o que está correto. E de ao criticar, apresentar sugestões. Ofertar sugestões e soluções para as críticas feitas, como eu fiz na questão dos quatro pavimentos, quando levei ao Governador essa preocupação quanto ao Riacho Fundo I. E S.Exa. incubiu-me, então, de conduzir esse processo.

Eu quero parabenizar tanto o Governo, o Governador e toda a população do Riacho Fundo, que aniversariou no dia treze, tendo completado dezolito anos, e atingido a "maioridade", bem como os empresários daquela cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Diante das intervenções já ocorridas, iniciaremos a chamada dos Parlamentares, a começar pelo Deputado Berinaldo Pontes e pelo Deputado Pedro do Ovo. Esses são os dois Parlamentares que pediram para falar.

Depois, seguiremos aqui a ordem de inscrição, até para dar oportunidade aos Parlamentares que muito trabalham nesta Casa, mas pouco usam a tribuna.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	36

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero fazer um agradecimento público ao Deputado Cabo Patrício, Líder do PT, morador de Planaltina e representante daquela região. Estávamos com uma grande dificuldade em iniciar as obras especificamente no Setor Mestre D'Armas, uma vez que era necessária a aprovação de um órgão importante do Distrito Federal e do Brasil, o IBAMA. Houve uma articulação política desta Casa, promovida pelo Deputado Cabo Patrício e por mim junto ao Poder Executivo, que resultou no Termo de Compromisso e de Ajustamento de Conduta nº 2 de 2008, assinado pelo Governo do Distrito Federal, que trata especificamente do Setor Habitacional Mestre D'Armas.

Para a felicidade de todos os moradores dessa cidade, ficou salientado nesse termo que estará liberado o licenciamento ambiental dos sistemas provisórios de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e fornecimento de energia elétrica, iluminação pública, centro de saúde, centro de ensino, posto policial, vilas olímpicas, quadras esportivas, centros de idosos, creche e unidade do Corpo de Bombeiros se houver necessidade de ser instalada em Mestre D'Armas. Trata-se de uma grande conquista, Deputado Cabo Patrício, Deputado Paulo Tadeu, Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Roriz, Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Pedro do Ovo, pois, há muitos anos, Mestre D'Armas estava abandonado e carecendo de infra-estrutura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	37

Recentemente, vimos, pela televisão, o fechamento da BR 020 pelos moradores de Mestre D'Armas, cansados de pagar IPTU, de pagar impostos e de não receber nenhuma benfeitoria. Agora, por ocasião da articulação desta Casa e do apoio do Governo do Distrito Federal, a população de Mestre D'Armas poderá começar a ver dias melhores em virtude das obras de melhoria e de infra-estrutura, que já começaram. Com esse termo de conduta que mencionel, fica autorizado o início das obras de infra-estrutura em Mestre D'Armas, que, há mais de vinte anos, carecia disso.

Hoje, falou-se de cemitério, de ossos. Vou falar da vida. Agradeço a esta Casa, que ajudou a derrubar o veto à Lei nº 4.102, da Câmara Legislativa, que trata do programa Plantando Vida no Distrito Federal. Deputado Batista das Cooperativas, daqui a 90 dias, o Poder Executivo implementará a aplicação dessa lei. A cada criança nascida no Distrito Federal, tanto na rede pública como na rede privada, o Poder Executivo, o Estado dará uma muda de planta, ornamental ou frutífera, não para arborizarmos o Distrito Federal, o que seria impossível, mas para plantarmos na consciência do cidadão a importância da preservação do meio ambiente no Distrito Federal. Essa lei vai dar uma mudinha para a mãe que tiver um filho na rede pública ou particular do Distrito Federal, e, num segundo momento, haverá o envolvimento das escolas do Distrito Federal, tanto públicas como privadas, no acompanhamento da matéria de Ciências.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	38

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Berinaldo Pontes, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela iniciativa desse projeto que celebra a vida. Deputado Berinaldo Pontes, há alguns dias, assisti a um debate, numa importante emissora de TV, em que se falou desse projeto. Estranhamente, em nenhum momento, nenhum dos jornalistas nem o debatedor, que não era desta Casa, mencionou que era um projeto desta Casa. Então, eu gostaria de manifestar a minha estranheza em relação a isso. Parabenizo V.Exa. e esta Casa, que, às vezes, é tão crucificada em relação a algumas questões, mas, quando tem de ser louvada, nos raros momentos em que precisa ser louvada, não é. Então, parabenizo V.Exa. por esse projeto, que realmente é belíssimo e celebra a vida.

DEPUTADO BERINALDO PONTES - Agradeço o aparte do Deputado Batista das Cooperativas.

Sr. Presidente, eu não poderla deixar de agradecer a todos os Parlamentares. Eu digo sempre que o poder e o mandato passam, mas a instituição fica e o que plantarmos de bom para o Distrito Federal ficará para todas as gerações. E eu não poderla deixar de agradecer a todos os Deputados. O Distrito Federal e as gerações futuras vão agradecer a cada um dos senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência gostaria de comunicar a todos os presentes que a Deputada Jaqueline Roriz estará afastada de



¹⁶ Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	39

suas atividades parlamentares do dia 18 de março de 2008 ao dia 20 de março de 2008, conforme atestado que segue em anexo.

Comunico também aos Líderes partidários que, no dia 19 de março, amanhã, encerra-se o prazo para que os Líderes indiquem os componentes da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica para a sessão legislativa deste ano, 2008. Temos aproximadamente vinte e seis propostas de emenda a Lei Orgânica. Então, esperamos que todos os Líderes indiquem os membros, para que esta Comissão comece a trabalhar em cima destas propostas.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, venho a esta tribuna externar uma preocupação que tem deixado inquieto. Ultimamente, tenho recebido muitas reclamações com relação às passagens de pedestres. É sabido que o Governo tem um compromisso muito sério com a comunidade no que diz respeito à segurança, mas tenho recebido reclamações que têm me causado um grande desconforto: pacientes estão sendo levados para os hospitais com algum tipo de enfermidade e acabam voltando com outras. Então, gostaríamos que os nobres Deputados fizessem uma reflexão para que algumas lombadas fossem reparadas, pois estão causando transtornos não só para as ambulâncias que levam os pacientes como também para a polícia, que, às vezes, tem buscado resolver alguns problemas e acaba se deparando com lombadas muito altas. Então, é sabido que temos o



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	40

compromisso de cuidar da segurança dos pedestres, lógico. Fazemos uma reflexão muito grande para que essas lombadas sejam reavaliadas não para acabar com o afluxo delas e, sim, para que sejam normalizadas, para que não tenham um afluxo tão alto. Então, solicito que reflitamos para que não deixemos a nossa comunidade sujeita a esses acidentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes que a memória me falhe, eu gostaria de elogiar os membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, particularmente, o Presidente dessa comissão, Deputado Paulo Roriz, pelo debate que proporcionou hoje acerca do Banco de Brasília. O debate foi extremamente democrático e enriquecedor. Aposto sempre que o diálogo é a melhor forma de construir todos os consensos desta Casa, e, com a presença de diretores do Sindicato dos Bancários, tivemos a oportunidade de discutir a importância deste banco para Brasília. Portanto, Deputado Paulo Roriz, quero, publicamente, elogiar sua postura, seu espírito cívico, democrático, que, obviamente, está alimentado pela defesa que V.Exa. tem do Banco de Brasília e pela importância que V.Exa. atribui a essa instituição financeira. Mais uma vez, meus elogios aos membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e, particularmente, para o Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	41

Quero fazer uma discussão, Deputado Wilson Lima, sobre o sentido da própria vida. É muito fácil bradar a defesa da vida; e é muito difícil, talvez, entender o que a defesa da vida realmente representa. Respeito sua opinião, mas digo que tanto a religião quanto a ciência se dedicaram a descobrir os mistérios da vida. Uma não pode nublar a outra. Eu diria que a religião, a partir de seus dogmas construídos – porque são dogmas –, não pode impedir o desenvolvimento da ciência, que também se dedica a desvendar os mistérios da própria vida.

É fácil bradar em defesa da vida, mas me pergunto se há realmente uma defesa da vida se, em nome de embriões congelados - que são sementes, como bem disse o Ministro do Supremo Tribunal Federal: “a planta é a planta, e as sementes são as sementes” -, cuja maioria terá como destino a inutilidade, é possível impedir que se pesquise para dar uma vida - não uma vida falsa, não uma morte em vida, mas uma vida real e completa - a tantas pessoas que depositam sua esperança nas pesquisas a partir das células-tronco.

Eu me pergunto o que é a defesa da vida se tantas vezes aqui se vem e se defende a vida, mas se coaduna com políticas que atentam contra a vida! Portanto, defender a vida significa dar a ela sua real dimensão e entender que a vida humana tem peculiaridades que a diferenciam do conjunto dos seres vivos.

Portanto, estou aliada a todos aqueles que combatem o ostracismo. Todas as vezes que a Igreja tentou impor seus dogmas e impedir o desenvolvimento da ciência, isso teve de ser repensado em etapas posteriores.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	42

Hoje me somo a todos aqueles que esperam que a decisão do Supremo Tribunal Federal permita a pesquisa científica para dar direito à vida - à vida humana, à vida plena, à vida ativa - e resgatar a esperança de tantas pessoas que dependem dessa decisão do Supremo.

Pergunto-me também se há uma defesa da vida ao proibir-se o uso de preservativos, quando sabemos que talvez seja o método mais eficaz para dar direito à vida àqueles que podem ser vítimas do vírus do HIV. Trata-se de uma discussão filosófica que não nos cabe aprofundar neste momento, mas que me diz, com absoluta certeza, que esta Casa, como centro de debates, tem que definir, nas suas posturas diárias, a defesa real da vida. E digo isso porque há uma decisão do Governo que hoje tenta aprovar um projeto de terceirização do Hospital de Santa Maria. Pergunto-me se isso é defesa da vida, porque, no dia 29 de janeiro passado, o Governo, por decreto, instituiu um grupo de trabalho para discutir o projeto básico e o edital de contratação de uma organização social para desenvolver a gestão do Hospital de Santa Maria. Esse grupo de trabalho ainda não tem seus estudos consolidados.

E, se o SUS prevê a saúde complementar pela iniciativa privada, também o Ministério da Saúde diz que a saúde complementar terá que se dar por entidades cadastradas nacionalmente como entidades de saúde - com estabelecimento próprio para seu funcionamento, portanto. A portaria, as regulamentações, enfim, o Ministério da Saúde, impedem que tenhamos, aqui no Distrito Federal, uma lei que



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	43

possibilite a entrega do Hospital de Santa Maria - para o qual o Governo já comprou inclusive equipamentos como autoclave (para esterilização) - a uma organização social sem conhecermos os critérios do edital, sem sabermos se ele não será construído de tal forma que aponte como único resultado a Universidade Católica - a negociação que existe com o Governo do Distrito Federal. Não podemos, portanto, utilizar a possibilidade de uma saúde complementar quando o Estado não tem condições de implantar sua própria política - que tem regras próprias - e, com base nesse dispositivo do SUS, entregar o Hospital de Santa Maria a uma instituição que dizem ser filantrópica, mas que não é uma instituição do Estado.

Era isso, Deputado Paulo Tadeu. Solicito ao Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, que possamos conhecer não só os parâmetros do projeto básico de terceirização do Hospital de Santa Maria, bem como os do processo de licitação estabelecidos a partir de seu edital. Assim, esta Casa poderá decidir, sem temor, acerca do projeto que está caracterizado por uma urgência que não é da população - porque esta quer um hospital que pertença à saúde pública em sua integralidade -, mas do Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço uma solicitação, em nome da Liderança do Governo. Nós sabemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	44

que o novo formato do PDOT encaminhado pelo Governo não veio como mensagem aditiva, mas apenas como uma proposta para que o Relator o incorpore a seu relatório final. No entanto, para que todos tenham acesso a essas informações, não apenas os Deputados, mas a população de uma forma geral, eu gostaria que V.Exa. determinasse, após o encaminhamento de um memorando da Liderança de Governo para a Assessoria de Plenário, que o projeto seja publicado sob a forma de avulso no Diário da Câmara Legislativa, se possível no de amanhã, para que possamos mandar um exemplar ao Ministério Público e a todas as Administrações Regionais. A partir de então, marcaríamos a nova data da audiência pública para as três Comissões, conforme deliberado antes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, nós sabemos que o PDOT tem todo um processo de tramitação estabelecido pela Lei Orgânica do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Seria extra-regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Devido à complexidade do PDOT, se esse procedimento - contra o qual nada tenho - não ferir a tramitação do projeto, esta Presidência concorda. Então, faremos a publicação como um elemento a mais de divulgação.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Perfeito. Será puramente como elemento de divulgação. Não há nenhuma obrigação regimental em relação a prazo.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	45

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O que V.Exa. está pedindo é, portanto, que esse substitutivo seja divulgado no Diário da Câmara Legislativa, por um avulso, sem prejuízo algum - que não pode haver - de sua tramitação legal e regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Perfeitamente, Sr. Presidente. É apenas para fins de divulgação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, esta Presidência concorda com o encaminhamento de V.Exa. Aguardaremos apenas o memorando de comunicação.

Neste momento, convido todos os Parlamentares para definirmos tanto a pauta desta tarde, bem como os trabalhos da CPI dos Cemitérios.

Esta Presidência suspenderá a sessão por vinte minutos.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 17h10min, a sessão é reaberta às 17h25)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está reaberta a sessão.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã, fruto de uma audiência pública e de um requerimento aprovado por este Plenário, eu, o Deputado Cabo Patrício e a Deputada Eurlides Brito iremos nos reunir às 9h30min, nas salas das Comissões, para não só construirmos uma agenda de



¹⁶ Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	46

trabalho da Frente Parlamentar Pró-Cultura, bem como estabelecermos um cronograma de trabalho e de funcionamento, com o intuito de termos resultados concretos com relação à defesa da cultura em nossa cidade. Sei que V.Exa é um defensor da cultura e, inclusive, colocou-se à disposição de participar dessa Frente. Portanto, convido V.Exa. e os demais Parlamentares a participar da reunião da Frente Parlamentar Pró-Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Agradeço o convite de V.Exa., Deputado Paulo Tadeu.

Esta Presidência informa a todos os Parlamentares que amanhã, às 9h30min, haverá a primeira reunião de Frente Parlamentar Pró-Cultura na sala das Comissões.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM, Sem revisão do orador.) – Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Paulo Tadeu pela criação da Frente Parlamentar Pró-Cultura, e de dizer que ficarei muito honrado em participar, ao lado de S.Exa., dessa importante ação parlamentar nesta Casa.

Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta para que o Item nº 5, Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2007, que trata da nova rodoviária, seja apreciado em primeiro lugar. Também solicito a votação do Projeto de Lei nº 501, referente à alteração do PPA, que será disponibilizado pela Comissão de Economia, Orçamento e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	47

Finanças à Assessoria de Plenário e a votação do Item nº 3, Projeto de Lei nº 754, de 2008, referente à alteração das OSs para atender o Hospital Regional de Santa Maria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência atenderá às solicitações de V.Exa. (Pausa.)

Item nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "desafeta bem público de uso comum do povo no Trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul - SMAS, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e dá outras providências".

Relatores: Deputado Leonardo Prudente - CAF

Deputado Milton Barbosa - CCJ.

Esta Presidência informa ao Plenário que a matéria está com tramitação concluída, com pareceres favoráveis das Comissões.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, atendendo a solicitação da Deputada Erika Kokay, passo às mãos do Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Cabo Patrício, a cópia do *kit* completo sobre esse assunto da rodoviária, que foi protocolado no dia 13 de março de 2008,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	48

nos Gabinetes dos Líderes de todos os partidos. Há aqui a assinatura e a matrícula dos servidores que receberam esse *k/t*.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto veio do Poder Executivo para esta Casa mudando a destinação desse terreno. Claro que a bancada do Partido dos Trabalhadores não é contra a construção de uma nova rodoviária para o Distrito Federal, até em função de a rodoviária que temos aqui passar por várias e várias reformas e acabar não sendo condizente com o que a sociedade espera.

O que nos chamou a atenção é que os estudos técnicos chegaram muito em cima da hora para serem analisados por nós, mesmo com a consideração do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, e o projeto tramitou muito rápido na Comissão de Assuntos Fundiários. A audiência pública realizada hoje só contava com cinco pessoas, com todo o respeito, mesmo com a divulgação dela. Esse tema é muito polêmico.

A área ao redor da rodoviária, cerca de cinco ou seis lotes, Deputado Leonardo Prudente, o Governo a coloca como sendo da TERRACAP e que depois vai ser licitada. Mas já tivemos problemas com lotes nessa área do Distrito Federal.

É Importante que nós, Parlamentares, fiquemos atentos a isso, para que depois não sejamos surpreendidos com outros escândalos como os que



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	49

acompanhamos na mídia ao longo dos anos. Como é importante os Parlamentares votarem com consciência da importância da rodoviária, chamo a atenção para os lotes que estão em volta dessa projeção destinada à rodoviária de Brasília. Não podemos incorrer em erros, pois temos responsabilidades com o futuro do Distrito Federal e com a tramitação nesta Casa do PDOT. Esse projeto poderla muito bem ter sido incluído no PDOT para uma ampla discussão em várias audiências públicas e aí, sim, ficaria mais bem esclarecido para os Parlamentares, para a sociedade do Distrito Federal, de forma que não sejamos surpreendidos no futuro com outros escândalos no DF.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Cabo Patrício nos disse que, na audiência pública, só estavam presentes cinco pessoas. Isso não é verdade. Só na Mesa de trabalho, estavam cinco Deputados: o Deputado Chico Leite, eu que presidi a sessão, a Deputada Eurides Brito, o Deputado Rôney Nemer e o Deputado Pedro do Ovo. Estavam presentes todas as assessorias, inclusive a do PT, que compareceu à audiência e fez a sua manifestação, os técnicos da SEDUMA, um Secretário de Estado, um Secretário-Adjunto e o superintendente do IPHAN. Não afirmar isso é menosprezar a presença daquelas pessoas que vieram aqui para participar da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	50

audiência pública. Se não houve tanto interesse, certamente é porque o assunto já foi amplamente discutido.

O projeto já foi objeto de discussão no extinto COMPRESB, já foi aprovado no CONPLAM e já houve várias reuniões entre os técnicos da SEDUMA e do IPHAN sobre esse assunto, razão pela qual creio que toda a discussão já estava esgotada. Tenho a Informação de que se trata de área pública, consta nos autos que a área, atendendo aqui a uma consulta que o Deputado Paulo Tadeu me fez, é pública. Não estamos aqui mudando destinação ou desafetando área de terceiros, área que não seja pública.

Então, em nome da Liderança do Governo, trago a V.Exas. esses esclarecimentos e tenho aqui o livro de protocolo. Aliás, o quite foi entregue não somente para os Líderes, mas também em todos os gabinetes. O quite está aqui com a Assessoria de Governo para aquele que desejar ter cópia do protocolo.

Sr. Presidente, é muito comum se entregar toda a documentação aos Deputados, com bastante antecedência, nos gabinetes, e, às vezes, por alguma falha, o funcionário esquece de repassar para o Deputado e o Deputado vir para o plenário dizer que não recebeu nada. Temos tido o maior cuidado em relação a esses processos junto aos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	51

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, eu gostaria apenas de trazer algumas preocupações com relação a esse projeto. Antes das minhas preocupações, eu quero aqui afirmar a V.Exa. e aos demais Parlamentares que eu não sou contrário que aprovemos projetos que possibilitem mudança do ponto de vista urbanístico, mas que sempre essas mudanças venham pautadas pelo interesse público.

O Governo está dizendo que, nessa área, será construída uma nova rodoviária. E é fato concreto que essa rodoviária que temos não mais comporta as demandas da nossa cidade. É necessária, sim, a construção de uma nova rodoviária. Portanto, não temos nada contra o fato de o Governo destinar, mudar, inclusive, toda essa área para garantir a construção da nova rodoviária. Mas temos uma preocupação e o Deputado Cabo Patrício falou muito bem quando relacionou o fato de, ao lado do lote da rodoviária, estar sendo criados quatro novos lotes, já que foi exatamente nessa área que aconteceu toda aquela situação envolvendo o ex-Senador e ex-Governador Joaquim Roriz e todo aquele conjunto de denúncias que vieram à tona na época. Não quero aqui entrar no mérito e fazer pré-julgamento, mas isso aconteceu em uma área bem próxima a esta que a Casa aprovou. Inclusive, votel favorável à mudança que fizemos e depois o lote foi fruto de denúncias às quais acompanhamos.

A minha preocupação é: esses quatro lotes são públicos? Ótimo. Caso o Governo deseje vender esses lotes, como será feita a venda? Por meio de licitação?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	52

Caso queira mudar a destinação, será feita por meio de projeto de lei, já que é o que determina a nossa Lei Orgânica?

São essas as preocupações que tenho com relação à matéria. Sou favorável, inclusive, à construção da nova rodoviária, mas não quero que corramos de novo o risco de, daqui a alguns meses, alguns anos, termos outro escândalo envolvendo lote que é exatamente próximo àquela área em que aconteceu aquele problema, Deputado Berinaldo Pontes.

São essas as minhas ponderações em relação a essa matéria. É importante o Deputado Leonardo Prudente nos afirmar categoricamente que aquelas áreas são públicas e que, em tese, não estaríamos favorecendo ninguém. E, é claro, caso o Governo deseje fazer qualquer mudança, que seja feita por meio de licitação ou por meio de um novo projeto enviado a esta Casa.

De qualquer maneira, espero que a Câmara Legislativa esteja dando um passo definitivo na construção da nova rodoviária do Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, como foi dito aqui, essa área já foi objeto de um desgaste muito profundo para esta Câmara Legislativa. Eu diria que não só a anterior aprovação feita por esta Câmara Legislativa de um projeto, bem como a sua discussão, já



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	53

tiveram vários desdobramentos que desvendou um esquema que ainda está sob investigação dos órgãos competentes.

A discussão deste projeto de lei, segundo o que nós mesmos construímos nesta Casa, na Lei Orgânica, exige que tenhamos todos os estudos necessários, porque temos que respeitar as normas de proteção ao meio ambiente e ao Patrimônio Histórico e Cultural. Essa região fica numa área de segurança, uma área tombada, ou seja, uma franja da própria área tombada do Patrimônio Histórico Cultural Arquitetônico e Paisagístico e é necessário que seja garantido o interesse social. De toda forma, ainda que a área seja pública, aqui já foi dito e repito, pela importância da informação, outros lotes serão criados ao redor e terão um outro valor, Deputado Paulo Tadeu, após a construção de um instrumento tão importante para a população do Distrito Federal.

Não tivemos acesso aos estudos. O Deputado Leonardo Prudente os entrega a nós neste momento, mas não tivemos tempo hábil para analisá-los e fazermos valer o que nós, Deputados desta Casa, colocamos na Lei Orgânica. Todos os estudos técnicos, nas mais variadas áreas, são fundamentais para que, ao estabelecermos uma prioridade e um instrumento de interesse público, como a Rodoviária, não venhamos a desrespeitar outras normas tão fundamentais.

Não temos como votar favoravelmente a esse projeto, pois não analisamos os estudos técnicos, já que os recebemos apenas neste momento. Portanto, é impossível fazermos uma avaliação mais aprofundada. Há de se verificar exatamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	54

como serão utilizados os lotes limítrofes à área que está em questão, objeto deste PL. A própria audiência pública não contou com a participação necessária para que pudéssemos fazer todos os contrapontos, até porque ela se deu exatamente no mesmo momento em que estavam sendo realizadas reuniões na CEOF e na CCJ. Por isso a nossa posição contrária à aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 16/03/2008

☒ SESSÃO ORDINÁRIA ☐ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

- ☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 54/07
☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐ RECURSO Nº (S) _____
☐ REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐ OUTROS _____

☐ VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RONEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	16	4		4	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM ____/____/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/____ Nº ____/____

FOLHA Nº ____



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	55

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 4 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe, para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei contra o projeto por não ter total conhecimento das suas conseqüências. Pode até ser que ele seja positivo para a população do Distrito Federal – e eu tenho obrigação de reconhecer -, mas como não tenho total segurança disso, preferi votar contrariamente à matéria.

Quero apenas registrar que eu não posso votar favoravelmente a um projeto sem ter a total segurança de seus efeitos. Pode ser que o projeto seja bom, sim, pois propiciará a ligação da nova rodoviária ao metrô.

É a minha posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 501, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "altera o dispositivo da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que 'dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período de 2008 a 2011'".

Relator: Deputado Paulo Roriz - CEOF.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	56

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo o Deputado Berinaldo Pontes.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 501, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera o dispositivo da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período de 2008 a 2011”.

Como relator *ad hoc* - o relator da matéria é o Deputado Paulo Roriz -, passo ao voto.

Diante do exposto e feitas as considerações, o projeto de lei em epígrafe atende as disposições constitucionais e legais e tramitou regularmente nesta Câmara Legislativa.

Somos, portanto, pela admissibilidade e aprovação do presente projeto de lei no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sr. Presidente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER Nº. /2008

DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS, ao Projeto de Lei nº. 501 de 2007, de autoria do Poder Executivo local, que *"altera dispositivos da Lei 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011"*.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado *BERNARDO PONTES*
~~PAULO RORIZ~~

I – RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão de Economia Orçamento e Finanças o Projeto de Lei nº. 501/2007, que "altera dispositivos da Lei nº 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008-2011". A proposição é de autoria do Poder Executivo local, encaminhado pela Mensagem nº. 185/2007, do Senhor Governador do Distrito Federal, e acompanhada da Exposição de Motivos nº 08/2007, do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, ambas datadas de 14 de setembro de 2007, em cumprimento ao disposto no art. 149, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 3º e parágrafos da própria Lei 4.007/2007, o Plano Plurianual 2008-2011.

Compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças emitir parecer ao Projeto de PPA e suas revisões, nos termos do art. 64, II, b, do Regimento



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Interno da CLDF.

O presente projeto modifica o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008/2011 que, nos da Lei Orgânica, define de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos metas da administração pública federal para as despesas de capital e para as despesas correntes decorrentes das despesas de capital e relativas aos programas de duração continuada.

A presente análise do PL 501/2007 é levada a efeito com base nas determinações contidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar N.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei nº 3.904, de 14 de setembro de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007 e na própria Lei Nº 4.007/2007 – Plano Plurianual 2008-2011.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 149, §1º determina que “O plano plurianual será elaborado com vistas ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, *podendo ser revisto ou modificado quando necessário, mediante lei específica*” (grifo nosso).

O próprio PPA prevê a possibilidade de sua revisão geral anual. No seu art. 3º, *caput*, estabelece que “a *exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas será realizada por meio de lei de revisão anual ou específica, de iniciativa do Poder Executivo*. O §1º do mesmo artigo prevê a apresentação de apenas um projeto de lei de revisão por ano, que deverá ser encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal até 15 de setembro de cada exercício.

O mesmo artigo 3º da Lei nº 4.007/2007, em seu §6º, determina que as leis de revisão do PPA contenham anexo com a identificação das ações a serem desenvolvidas e de seu valor total dentro do programa e a identificação do custo total de cada programa. Conforme elencado abaixo, os mesmos encontram-se nos Anexos ao Projeto de Lei.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

As alterações propostas compreendem a inclusão de programas; alterações de objetivos de programas existentes; alterações de vinculações de ações aos programas e de descritores de ações, códigos, produtos e metas; e inclusões de novas ações em 32 Projetos existentes. Encontram-se divididas em três anexos:

a) Anexo I - contendo inclusões e alterações de objetivos programas.

O primeiro programa incluído foi o de Gestão da Política de Correlação, Ouvidora e Controle Interno do Poder Executivo do Distrito Federal, de R\$ 67.800.000 (sessenta e sete milhões, oitocentos mil reais) distribuídos, entre 2008 e 2011, nas ações de (I) Capacitação de Recursos Humanos; (II) Modernização e Expansão da Infra-estrutura de TI; (III) Manutenção de Serviços Administrativos; (IV) Administração de Pessoal; e (V) Concessão de Benefícios.

Outro programa constante da mensagem original foi de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal – Águas do DF, aloca R\$ 167.314.657 (cento e sessenta e sete milhões, trezentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais) entre 2008 e 2011 e é composto por 4 ações: (I) Desenvolvimento e Reforço Institucional; (II) Gerenciamento, Monitoria e Avaliação; (III) Implantação de Sistemas de Drenagem Pluvial (nas regiões Plano Piloto, Taguatinga, Planaltina e Riacho Fundo II) e (IV) Recuperação Ambiental (das regiões Gama, Ceilândia, Samambaia e Santa Maria). Esse programa, após ser destacado do PL nº. 501/07 para constituição de projeto em separado foi aprovado e convertido em Lei, não sendo, portanto, objeto de deliberação neste momento.

Por último, o PL inclui o programa Brasília Cartão Postal, compreendendo R\$ 13.600.000 (treze milhões e seiscentos mil reais) destinados, ao longo do quadriênio, à (i) Revitalização de Monumentos; e (ii) Implantação de Espaços Turísticos.

No tocante às modificações de objetivos de programas, o projeto em tela propõe, a limitação do objetivo do Programa de Dados Sócio-Econômicos, restrin-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

gindo-o à elaboração e disseminação de informações estatísticas, sendo eliminados os objetivos de: (i) elaboração de pesquisas e estudos, e (ii) propiciação de mecanismos que aumentem a eficiência e eficácia da ação do Estado. Notamos, porém, que as atividades de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos, de Manutenção de Sistemas Corporativos e de Gestão Voltados à Administração Pública, relacionadas aos objetivos eliminados, não sofreram alterações no presente PL.

Propõe, ainda, a ampliação do objetivo do programa Erradicação do Analfabetismo, através da ampliação do público-alvo, anteriormente de pessoas entre 15 e 29 anos que se declararam analfabetas na última PNAD, para aquelas entre 15 e 59 anos.

- b) Anexo II - contendo alterações de vinculações entre ações e programas, de descritores, códigos, produtos e metas físicas de ações.*
- c) Anexo III - contendo tabela de inclusão de novas ações em 32 Projetos já existentes, conforme Anexo III (fls. 7 a 155).*

Dentre as ações incluídas destacamos:

Ação 0048 – Controle Externo, R\$11.781.000;

Ação 2409 – Realinhamento de Carreiras do GDF R\$32.000.000;

Ação 2846 – Dentista na Escola, R\$ 15.000.000;

Ação 2994 – Manutenção de Sistemas Corporativos e de Gestão Voltados à Administração Pública R\$53.000.000

Ação 3014 – Implantação do Veículo Leve Sobre Trilho – VLT – Trecho W3, R\$ 22.786.711

Ação 6205 e 6206 – Ações Integradas de Vigilância e Ações de Toxicovigilância, R\$3.077.731.859

O Projeto de Lei nº. 501/2007 tramitou na forma regimental, não recebendo emendas dentro do prazo regimental. A partir do Requerimento nº 671/2007, do nobre Deputado Leonardo Prudente, o Programa de Gestão das Á-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

guas e Drenagem Urbana do Distrito Federal – Águas do DF foi destacado do atual projeto para constituição de Projeto de Lei em separado (PL nº. 654/07), aprovado e convertido na Lei nº 4.068, de 26 de dezembro de 2007.

II – VOTO

Preliminarmente convém destacar que o objetivo primeiro deste Projeto de Revisão do Plano Plurianual é promover a compatibilização entre o PPA 2008-2011 e a Lei Orçamentária para o exercício de 2008. Assim, a presente revisão tem escopo limitado, não caracterizando uma nova peça de planejamento.

Também assinalamos que o Poder Executivo cumpriu os prazos legais de encaminhamento das mensagens relativas à Revisão do PPA e ao PLOA 2008 em 14 de setembro de 2007. Entretanto, o fato de encaminhar nova mensagem em 27 de novembro com mudanças expressivas ao PLOA, encurtou significativamente o prazo para discussão. Assim, não obstante a aprovação da LOA no final do último ano, o presente projeto está sendo apreciado apenas no início da presente sessão legislativa.

Diante do exposto e feitas essas considerações, tendo em vista que o Projeto de Lei nº. 501/2007, que "*altera dispositivos da Lei 4.007, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o período 2008 a 2011*" atende às disposições constitucionais e legais e que tramitou regularmente nesta Câmara Legislativa, somos pela ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Dep. Geraldo Pontes
RELATOR.

Sala das Sessões, em 18 de março de 2008.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	57

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Discussão do projeto, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que votarei contrariamente à aprovação do projeto.

Apesar de a matéria ter chegado a esta Casa em setembro do ano passado, o projeto foi inserido na pauta de hoje neste momento. Como ele tem 155 folhas, faltou-me tempo para fazer uma análise mais detida da matéria. Portanto, votarei contrariamente até por não ter segurança em dar um voto favorável, pela responsabilidade e pelo compromisso que tenho com meus eleitores.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	58

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou recebendo as ponderações da bancada do PT e também da coordenação da Comissão, até porque haverá a necessidade de fazermos alguma emenda a esse projeto, em virtude da complexidade, pois se trata de toda a revisão do PPA. Então, para não votarmos de forma açodada, não há nenhum óbice, por parte desta Liderança, a que o deixemos para a próxima semana. Votaríamos, a partir de agora, em acordo com o PT, o... Se não for possível na próxima semana, deixaremos para a outra. Não há nenhum problema. Porém, temos de ver também a emergência dos projetos de autoria do Governo.

Na pior das hipóteses, apreciaremos na semana que vem.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em, no máximo, quinze dias, Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sim, Sr. Presidente. Durante esse período, nós, é claro, votaremos, em primeiro e segundo turnos, o projeto da Rodoviária e o projeto das Organizações Sociais.

Sr. Presidente, o meu pedido de retirada do projeto está condicionado à anuência dos Deputados, pois já havia o acordo de votá-lo, em primeiro e segundo turnos, hoje. Só quero ratificar esse acordo. Na semana passada, íamos votar, em primeiro e segundo turnos, o projeto das Organizações Sociais e o da Rodoviária. Transferimos a votação para hoje e é bom lembrar que houve o entendimento de que nós o votaríamos em primeiro e segundo turnos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	59

A retirada do projeto que trata do PPA está condicionada à votação, em primeiro e segundo turnos, hoje...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata a questão de ordem do Deputado Leonardo Prudente.

Está retirado da pauta de votação o item extrapauta, que só foi aprovado na CEOF.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ficou acordado - é bom que fique claro - que a votação dos projetos da OS e da Rodoviária seria em primeiro turno. Primeiro, tivemos uma discussão com o Secretário de Saúde, que veio a esta Casa dar esclarecimentos a alguns Deputados. Foi dito, inclusive, na última sessão, que haveria uma reunião dos Parlamentares com o Secretário de Saúde e outra só de Parlamentares para tratar da questão do Ministério Público. Por isso é que o projeto foi retirado de pauta. Então, a retirada desse projeto, agora, não pode se condicionar à votação, em primeiro e segundo turnos, do projeto das OS e do projeto da Rodoviária.

Isso não é possível, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em virtude das solicitações de alguns Parlamentares, suspenderemos a sessão por três minutos.

Está suspensa a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	60

(Suspensa às 17h50min, a sessão é reaberta às 17h55min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está reaberta a sessão.

A Presidência havia suspendida a discussão do projeto e feita a retirada dele, a pedido do Deputado Leonardo Prudente.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 754, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008 e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CAS

Deputado Milton Barbosa - CCJ.

Informo aos Parlamentares que, na pauta da Ordem do Dia, onde consta a relatoria do referido item como CAF, não é Comissão de Assuntos Fundiários, mas Comissão de Assuntos Sociais. Esta Presidência informa, ainda, que foi protocolado um substitutivo à proposição, ao mesmo tempo em que retifica que a matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição e Justiça, excluindo-se, portanto, a Comissão de Assuntos Fundiários, conforme consta na pauta da sessão anterior.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	61

Projeto de Lei nº 754, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008 e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, informamos a V.Exa. e aos Pares que foi apresentado um substitutivo ao referido projeto, de autoria de vários Deputados, que visa fazer um projeto-piloto para o Hospital de Santa Maria. O que os Deputados acharam importante foi incluído nesse substitutivo, de modo que, após um minucioso estudo com os Deputados desta Casa, somos favoráveis à aprovação do referido projeto na forma do substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 4 votos contrários.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	62

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados parecer ao Projeto de Lei nº 754, de 2008, que "altera dispositivos da Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008 e dá outras providências".

Na verdade, esse projeto de lei, conforme dissemos, vem corrigir a divergência em relação à Lei das Licitações e resolve questão funcional do Governo do Distrito Federal, transferindo da Secretaria de Governo para a Secretaria de Planejamento e Gestão a coordenação do sistema de contratação de Organização Social pelo Governo do Distrito Federal.

Deputado Wilson Lima, esse assunto das Organizações Sociais já foi amplamente discutido aqui nesta Casa e, agora, trazemos à colação, já provocada pelo Poder Executivo, o Substitutivo a esse mesmo projeto de lei de autoria de vários Deputados, que é o que passaremos agora a apresentar.

Ao analisarmos o Substitutivo, o art. 3º, em seu parágrafo único, dispõe que "aquilo que está no bojo do projeto em relação à contratação de Organização Social para gestão e execução dos serviços de saúde não se aplica aos serviços de saúde no Hospital Regional de Santa Maria", o que, aliás, é o motivo pelo qual o projeto voltou a esta Casa. O referido projeto de lei já foi analisado na comissão de mérito,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	63

já foi aprovado e vários Deputados são signatários dele, portanto, consideramos, Sr. Presidente, que o projeto de lei está pronto para ser votado nos termos do Substitutivo apresentado por vários Deputados.

Somos, portanto, pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado o parecer com a presença de 21 Deputados.

Houve 4 votos contrários: Deputado Reguffe, Deputada Erika Kokay, Deputado Cabo Patrício e Deputado Paulo Tadeu.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu queria esclarecer, em primeiro lugar, que este projeto em discussão e votação em primeiro turno é sobre a alteração da Lei nº 4.081, que já passou por esta Casa, ocasião em que, inclusive, tivemos a preocupação e a cautela de evitar a tercelirização no Distrito Federal dos serviços essenciais à comunidade, seja Saúde, Educação ou Segurança, ou seja, serviços



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	64

permanentes, e agora somos surpreendidos pelo Governo com o envio do Projeto de Lei nº 754, que trata da terceirização e da privatização da saúde pública no Distrito Federal.

Gostaria de deixar bem claro que esta é a abertura da porteira, é o começo da terceirização e da privatização dos serviços públicos. E, aí, a desculpa de que é para a Inauguração do Hospital de Santa Maria no dia 21 de abril não convence nem os Parlamentares, nem a sociedade, porque se o Governo sabia que iria inaugurar o hospital no dia 21 de abril, que tivesse aberto um concurso público, porque temos servidores de carreira, médicos, técnicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, e estes servidores agora vão trabalhar da mesma forma que os contratados pela Organização Social que adquirir a administração do Hospital de Santa Maria.

Agora vejam: dos 340 leitos do hospital, quarenta deles são da UTI, mas o Ministério da Saúde já se prontificou em equipar, Deputado Paulo Tadeu, esses quarenta leitos do Hospital de Santa Maria. Agora, vamos entregar um hospital construído com dinheiro público, com recursos públicos, para a administração privada! E olhem que temos exemplos, como o FÁCIL e o ICS. É bom que as pessoas lembrem de que o ICS é administração do recurso público – e olhem a quantidade de escândalos que vivemos no passado! Agora, não devemos ser surpreendidos no futuro com mais um novo projeto do Governo Arruda que defende o Estado Mínimo em detrimento da privatização!? Quem não nos garante que, daqui a alguns dias, não vai chegar um novo projeto, Deputado Paulo Tadeu e Deputado Reguffe, para a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	65

contratação, a terceirização de hospitais, dos serviços das escolas e até da Segurança Pública?

É bom que os Parlamentares tenham a clareza de que, ao votar favoravelmente a esse projeto, vão abrir a porteira, mas vão ser cobrados pelos servidores públicos da área da Saúde. Todos os servidores públicos vão cobrar.

Nós não tivemos audiência pública para discutir esse projeto, Deputada Erika Kokay. Ele foi feito a toque de caixa novamente.

Mais uma vez esse projeto é colocado em votação e os servidores é que vão pagar o preço. Em especial, a sociedade de Santa Maria.

Não adianta dizer que isso irá melhorar a Saúde porque nós temos no Hospital da Asa Norte..., inclusive ontem recebi e-mails de alguns pacientes que amanhã vou lê-los aqui para vocês, reclamando da falta de medicamentos. Eles precisam comprar os seus medicamentos em farmácias particulares e levar para os hospitais. Por que o Governo não pega esses recursos para investir na compra de medicamentos e para equipar os hospitais para que possamos ter um atendimento de qualidade?

Agora, mudar o modelo e colocar a sociedade de Santa Maria como cobaia desse atendimento,... Porque aqueles moradores vão ser cobaia, Deputado Milton Barbosa, vão ser as primeiras vítimas da primeira experiência. E são eles que vão dizer depois se o atendimento deu certo ou errado. Sem contar que nós temos uma ADIN do Ministério Público questionando a Lei nº 4.081. E se no decorrer da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	66

assinatura do contrato com o SOS, a ADIN vingar e cair a Lei nº 4.081? O que esta Casa vai fazer? Ela vai aprovar de imediato uma lei para corrigir? Ou depois que o contrato não tiver mais validade, a população de Santa Maria vai ficar sem atendimento médico?

É bom que os Parlamentares tenham consciência disso. Nós vamos ter duas categorias de servidores, ou seja, os celetistas e os estatutários, que vão prestar serviços de saúde para a sociedade de Santa Maria. E acreditem, é rápido o resultado, é rápido, porque na Saúde se percebe rápido, Deputada Erika Kokay, se funciona ou não. Não é à toa que o Hospital do Gama está superlotado com pacientes esperando nos corredores, sem leitos para atender a demanda. Mas a privatização não se justifica, pois o Governo do Distrito Federal recebe recursos da área federal, tem arrecadação e o Fundo Constitucional para custear uma saúde de qualidade para o cidadão do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra do Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nem sempre o que está ruim significa necessariamente que, com mudanças, pode melhorar. Pode ocorrer exatamente isto, Deputado Brunelli: o que está ruim ficar pior ainda. Acredito que essa medida que o Governo está tomando, terceirizando o Hospital Público de Santa Maria, por meio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	67

desta lei, pode significar aqui no Distrito Federal, em especial para a população de Santa Maria, uma situação em que teremos pela primeira vez no Distrito Federal uma experiência que piorou a já ruim Saúde do Distrito Federal. Ora, ninguém tem mais dúvidas de que o Distrito Federal, durante esses últimos anos, conviveu com a política pública que não privilegiou a Saúde Pública. Nós podemos pegar diversos exemplos dos gastos que foram feitos no governo anterior, durante os oito anos em que inclusive não se priorizou a nossa Saúde.

O Deputado Raad Massouh, que é de Sobradinho, juntamente comigo e outros Parlamentares, sabe como está o Hospital de Sobradinho. Quem mora no Gama sabe como está a situação do Hospital do Gama. Os Hospitais de Taguatinga, de Brazlândia, do Paranoá e do Gama, como bem disse o Deputado Cabo Patrício, são hospitais que infelizmente não atendem a nossa população de maneira adequada.

Sr. Presidente, há um detalhe importante: no País, já existem dois mecanismos, dois tipos de Saúde: a privada e a pública. E não dá para conciliá-las. Nós sabemos que o interesse da saúde privada tem como fim, Deputado Brunelli, o lucro. A Saúde pública é que tem a possibilidade de atender a todos nós e a todas as pessoas que moram nesta cidade e no País de maneira igualitária, de maneira a oferecer um tratamento igualitário a todos os brasileiros. Então por que se misturar? Se a faculdade a, b ou c quer ter um hospital particular, que o construa, que compre o terreno, que faça toda a sua estrutura, que compre os equipamentos e coloque lá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	68

seus alunos e seus profissionais. Agora, não podemos pegar um terreno, uma construção pública e passar para a iniciativa privada.

Sr. Presidente, a população de Santa Maria deveria ter sido chamada ao debate para se manifestar sobre o desejo de ser cobaia de uma experiência ou de ter um hospital público como todas as demais cidades do Distrito Federal. A população deveria se manifestar sobre o desejo de ser atendida, prioritariamente, por alunos de medicina ou por médicos já formados. Isso não foi feito, o assunto não foi discutido com a população de Santa Maria. Por isso, votaremos contra esse projeto.

Espero que essa sede do Governador Arruda de terceirizar, de diminuir a presença do Estado não se estenda a outras áreas. Já se provou por A mais B – não apenas nos casos do ICS e do Fácil – que essa não é a melhor solução. Vejamos o caso dos cemitérios. Daqui a pouco, esta Casa instalará uma CPI para analisar todos os serviços prestados nos cemitérios de Brasília, que foram brutalmente terceirizados, sem uma discussão prévia com a população. Não dará certo, pois não há conciliação.

Não tenho nada contra faculdades terem seus hospitais. Mas que comprem o terreno, equipem o hospital, coloquem lá seus profissionais e comecem a cobrar pelos serviços prestados. Neste caso, é um hospital público. Assim, o SUS – Sistema Único de Saúde, uma vitória do povo brasileiro, que tem como princípio o atendimento público gratuito e de qualidade, está sendo ferido no Distrito Federal.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	69

São essas as minhas ponderações. Sigo a orientação do nosso Líder votando contra esse projeto e denunciando-o à população de Santa Maria.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei contrariamente a esse projeto, apesar de eu ser um Parlamentar, um cidadão que acredita que o Estado deve diminuir. O Estado deve concentrar a maior parte dos seus recursos nas atividades fim, e não nas atividades meio. O custeio da máquina de governo deve diminuir bruscamente. Hoje, o que o contribuinte paga para que o Estado funcione - e não funciona - é um verdadeiro crime. Entretanto, não concordo com a transferência de um hospital público para uma administração privada. Essa não é a solução, não é o caminho. Por isso voto de forma contrária a esse projeto.

A Saúde precisa mudar. Agora, a Saúde pública moderna vai muito além de uma proposta como essa. Não é transferindo a administração de um hospital público para uma empresa privada que encontraremos a solução. A solução é envolver a comunidade, realizar um grande "Saúde em Casa", fazer com que as residências das pessoas virem leitos de hospitais. Só devem ficar internados em hospitais os casos graves, os demais ficariam nas próprias residências, onde colocar-se-ia uma cama de hospital, um balão de oxigênio nas casas. Isso evitaria infecção hospitalar. Além



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	70

disso, as pessoas teriam o carinho dos familiares e ainda desafogariam os hospitais. Haveria uma equipe para visitar esses pacientes, como no hospital, que tiraria a pressão, coletaria sangue; haveria, ainda, um plantonista para, caso ocorresse algo, assistir aos pacientes.

O sistema público de Saúde é caótico. Todos os Governos deveriam fornecer ao contribuinte, assim que ele recebesse alta, a conta de sua internação. O cidadão não pagaria, mas perceberia o quanto o Estado e os contribuintes gastaram com ele. Todos saem do hospital público revoltados. Essas pessoas deveriam saber, pelo menos, o que foi gasto com elas. Isso ajudaria até no controle do estoque de medicamentos, evitaria desvios. O cidadão sairia do hospital com uma conta e saberia que o Estado gastou determinada quantia com ele. Ele poderia até ter sido mal atendido, mas saberia quanto o Estado teria gastado com seu atendimento. É o que acontece quando saímos de um hospital privado.

Não acredito que seja solução para a saúde pública passar os hospitais públicos para o controle privado. Não é essa a solução. A solução é desafogar os hospitais públicos com o envolvimento da população, transformando as residências das pessoas em leitos de internação, desde que não seja atendimento grave. Essa é a solução! E não se trata de nada original nem criativo. Vários países do mundo moderno fazem isso. Essa, na minha opinião, seria a solução.

Outra medida que precisa ser tomada: um controle claro de medicamentos. Deve haver uma página na Internet da Secretaria de Saúde para mostrar os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	71

medicamentos que a rede possui, para que o contribuinte saiba que medicamento está faltando, para que a população saiba como está o estoque de medicamentos do Governo. Isso tudo deve ser informatizado. Só então poderemos determinar o problema: se está faltando médicos, vamos fazer concurso para médicos. Medicamentos? Vamos comprar medicamentos. Enfermeiros? Vamos fazer concurso para enfermeiros. Vamos fazer um hospital público de qualidade ou que, pelo menos, atenda as pessoas de forma decente e digna.

A solução não está em passar a saúde pública para a iniciativa privada. Existem vários procedimentos que o Estado deve diminuir, pois o custeio da máquina do Estado hoje é muito caro para o contribuinte. O contribuinte pagaria muito menos para o Governo funcionar. Mas a solução não é passar o hospital público para um controle privado. Não é essa a solução que eu gostaria de ver. E a minha preocupação não é com os médicos ou com os servidores; a minha preocupação é com o usuário do Sistema público de Saúde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, discutimos o projeto da OS, que recebeu o nosso voto contrário. Foi sugestão de uma Parlamentar da base governista a restrição da contratação de OS para serviços de natureza permanente e essencial,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	72

como Saúde e Educação, entre outros. Foi sugestão de uma Parlamentar da base do Governo. Depois de inúmeras discussões, melhoramos o projeto, ainda que a bancada do Partido dos Trabalhadores tenha votado contra a sua aprovação.

Agora, estamos diante de um projeto que irá tirar exatamente um dos itens mais fundamentais construídos e tecidos coletivamente. Que não tivéssemos OS em serviços de natureza permanentes e essenciais à população, como Educação e Saúde, apenas em serviços temporários. Nós vemos que este Governo está ferindo o SUS.

O Sistema Único de Saúde é modelo para vários países do Mundo. O Sistema Único de Saúde foi uma luta da sociedade civil, foi uma luta de usuários, de trabalhadores, foi uma luta. E o Governo Arruda o está destruindo. Vejam bem: já está privatizada grande parte dos leitos de UTIs. O Governo, que deveria gastar em torno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em todos os custos de um leito de UTI na rede pública, paga R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a iniciativa privada. Já está terceirizado, em sistema de comodato, grande parte dos exames laboratoriais na Rede Pública de Saúde. Portanto, o Governo está destruindo o SUS e destruindo o Estado. Destruindo o Estado tal qual fez Fernando Henrique Cardoso porque a mesma lógica privatizante também está na Educação.

Na Educação, há as turmas de aceleração. O aluno que está defasado Idade/série assiste à aula por meio de um programa do Roberto Marinho, e o professor virou tutor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	73

Portanto, há uma lógica neste Estado de vergar o que é fundamental para a população aos Interesses privados. O Estado já gastou por volta de cem milhões na construção do Hospital de Santa Maria! Já inclusive autuou três procedimentos para a compra de equipamentos e de insumos para o Hospital de Santa Maria neste ano! E no dia 29 de janeiro, criou um grupo de trabalho para discutir a licitação, o edital de licitação e o projeto básico!

Portanto, V.Exas. estão votando um projeto que não conhecem como vai ser. Não conhecem! A base do Governo vai aprovar a entrega de uma instituição fundamental para a população do Distrito Federal à iniciativa privada. Porque não me venham dizer que quem cobra três mil e duzentos reais por uma mensalidade do curso de Medicina é entidade filantrópica.

V.Exas. aprovarão a destruição do SUS, com o interesse da população comprimido, sucateado, solapado pelos interesses de lucro. E digo mais: o Ministério da Saúde é muito claro quando estabelece o que é "saúde complementar". Saúde complementar, que o SUS prevê, é apenas para serviços, porque diz, e eu vou ler na íntegra: "Os estabelecimentos deverão ser identificados no contrato pelo código de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, de acordo com os dados cadastrais". Portanto, o estabelecimento ou a organização tem de ter uma unidade própria para ser parte do convênio. Não pode tomar conta de uma unidade do Estado e, a partir daí, gerir os Interesses, que são os interesses da população! Eu diria que está é uma das primeiras terceirizações.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	74

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, eu quero dizer que já está em curso a terceirização das lavanderias, já está em curso a terceirização do SAMED, que atende à população em suas casas, como disse aqui o Deputado Reguffe. Já está em curso a terceirização das UTIs domésticas, que seriam de grande valia para o próprio Estado, a fim de que sejam entregues à iniciativa privada.

Este Governo, o Governo Arruda, está demonstrando que não tem nenhum interesse com o que é fundamental para a população e que é apenas “ventríloquo” de grandes grupos empresariais do Distrito Federal. É “ventríloquo” de grandes grupos empresariais do Distrito Federal!

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Convindo o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Em votação, em primeiro turno, o projeto.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	75

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, antes de emitir meu voto, de dizer “sim” ou “não”, eu gostaria de saber onde está o Deputado Dr. Charles. S.Exa. foi um dos subscritores deste projeto e convencedor dos Parlamentares a votar essa matéria. Onde S.Exa. está? (Pausa.)

Não! Alí, pelo amor de Deus! Não! O Deputado Dr. Charles, médico, foi quem convenceu todos nós a assinar o substitutivo. E S.Exa. não está aqui por quê? Por favor, deixem meu voto por último, pois antes eu gostaria de ver o Deputado Dr. Charles aqui, votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Milton Barbosa, vamos deixar o voto de V.Exa. por último.

Srs. Deputados, continuamos em processo de votação nominal.

(Continua a votação nominal.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou dizer uma coisa que eu não gostaria de dizer: é preciso acabar com a esperteza política! Não é possível que um Parlamentar da área de Saúde, que nos levou todos a assinar esse substitutivo, não esteja aqui para votar!

Se S.Exa. não está, eu também não voto!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	76

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Milton Barbosa, V.Exa. não vota ou vota “não”? Não entendi.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, eu vou votar “abstenção”. Em protesto! Inclusive, quanto à consignação feita pelo Deputado Batista das Cooperativas, ao querer me convencer de que é “um direito que S.Exa. tem de não estar aqui”! Neste caso, não!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Srs. Deputados, continuamos em processo de votação nominal.

(Continua a votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 18/03/2008

SESSÃO ORDINÁRIA ☐ EXTRAORDINÁRIA

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

- ☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 754/08 _____
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐ RECURSO Nº(S) _____
☐ REQUERIMENTO Nº(S) _____
☐ OUTROS _____

☐ VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB				X	
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB			X		
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				X
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RONEY NEMER	PMDB			X		
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	12	4	2	6	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM ____/____/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/____Nº____/____

FOLHA Nº



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18	03	2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	77

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 12 votos favoráveis, 4 votos contrários e 2 abstenções. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só gostaria de comunicar que o Deputado Dr. Charles encontra-se em trabalho legislativo no auditório desta Casa, reunido com lideranças comunitárias.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh, para declaração de voto.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu entendo que a iniciativa do Governador Arruda pelo menos é uma tentativa de mudança. Todos nós sabemos que nossa Saúde infelizmente está sucateada, está morta. Sabemos que não há mais o que se falar a respeito da Saúde. E acho válida uma tentativa para ver se se consegue melhorar essa área. Para isso, Deputado Cristiano Araújo, foi feito um acordo de que seria somente no hospital de Santa Maria. Porque se não der certo, pode-se abortar a idéia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	78

Agora, temos de dar a oportunidade de uma tentativa! Não adianta inaugurarmos mais um hospital para deixar que se transforme em algo igual aos outros, que estão totalmente sucateados, como disseram todos os Deputados da Oposição, com o que eu concordo. Agora, essa tentativa, eu acho que ela é válida. Por isso, meu voto foi "sim", com reafirmo nesta declaração de voto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos seguintes projetos:

- Item nº 1: Projeto de Lei nº 754, de 2008;
- Item nº 2: Projeto de Lei Complementar nº 54, de 2007.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – A decisão sobre a CPI dos Cemitérios será ainda hoje?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Quando V.Exa. solicitou o uso da palavra, eu ia concluir convocando os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito de que trata o Requerimento nº 614, de 2007, para eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2008	15h40min	16ª Sessão Ordinária	79

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Minha assessoria me chamou atenção sobre o Item nº 7 da pauta, que trata de uma audiência pública que deve ocorrer amanhã. Se houver possibilidade, eu gostaria de contar com a anuência de V.Exa. para tentar apreciar esse item.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Incluo o Requerimento nº 817, de 2008, na pauta da sessão extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação dos projetos já citados.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h31min.)